

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2.896, de 2022)

Suprimam-se as alterações do artigo 17 da Lei 13.303, de 2016, constantes do artigo 2º, bem como as alterações do artigo 8º-A da Lei nº 9.986, de 2000, constantes do artigo 3º, ambos do presente projeto de lei.

JUSTIFICAÇÃO

Esse projeto foi aprovado em uma votação relâmpago pela Câmara dos Deputados, no último dia 13 de dezembro, com alterações extremamente graves em dispositivos da Lei nº 13.303/16 (conhecida como Lei das Estatais), e da Lei nº 9.986/2000 (que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras), e que tem como um dos objetivos principais evitar interferências político-partidárias nas indicações para cargos em empresas vinculadas ao governo e agências reguladoras.

Os referidos dispositivos estabelecem que, para cargos de diretoria, presidência e membros de Conselho de Administração, os indicados não possam ter atuado, nos últimos 36 meses, “como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral”. A lei também impede a indicação de “ministro de Estado” e de “dirigente estatutário de partido político”.

Ocorre que, por meio do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria da deputada Margarete Coelho (PP/PI), essa “quarentena” foi flexibilizada dos atuais 36 meses para 30 dias, abrindo caminho para futuras



indicações de nomes que efetivamente não sejam capacitados para o exercício da função e que não preencham critérios relevantes para uma gestão de excelência nessas empresas como, por exemplo, formação acadêmica compatível e experiência profissional na área de atuação.

A Lei das Estatais, quando foi concebida, visava instituir regras de governança corporativa das empresas públicas e das sociedades de economia mista para garantir transparência, estruturas e práticas de controles internos, adequada composição da administração e obrigações dos acionistas controladores. Dentre essas regras figurava exatamente a quarentena de 36 meses, que o projeto pretende reduzir para 30 dias.

Portanto, a pretensa redução do período de quarentena afronta a moralidade e os princípios republicanos, não apresentando nenhuma justificativa razoável sobre o prisma técnico ou ainda sob o aspecto da oportunidade e conveniência no que se refere ao interesse público.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022.

Senador IZALCI LUCAS
(PSDB/DF)



SF/22183.01862-43